

FAMÍLIAS TRANSNACIONAIS NA FRONTEIRA BRASIL/VENEZUELA

Iana dos Santos Vasconcelos¹

Resumo: A migração intraregional entre países fronteiriços vem se caracterizando pelos deslocamentos mais frequentes e até mesmo diários ou semanais, de pessoas que transitam e cruzam as fronteiras de um país e outro. São pessoas que mantêm fortes vínculos com o lugar de origem, mas também reorganizam novos vínculos afetivos e familiares nos lugares de trânsito ou de trabalho. A família neste cenário torna-se um projeto que é constantemente construído e reavaliado pelos seus membros, com vistas a atualizar estratégias de proximidade. Neste sentido, o presente trabalho visa apresentar notas de pesquisas a respeito da constituição da família transnacional formada por brasileiros(as) que vivem e transitam na transfronteira Brasil/Venezuela e a construção das noções de *paternidade* e *maternidade* definidas a partir das estratégias de proximidade e distanciamento. Pretende-se, ainda, analisar o mecanismo pelos quais as identidades de gênero são ressignificadas no âmbito familiar, tendo por base o processo de interação social entre diferentes grupos nacionais, marcado por um espaço de conflito e negociação de poder.

Palavras chave: paternidade, maternidade e transfronteira.

Abstract: The intra-regional migration between border countries has been characterized by frequently shifts and even daily or weekly, of people who move and cross borders from one country to another. These are people who have strong ties with the place of origin, but also reorganize new affective ties and family in transit or work places. The family in this setting becomes a project that is constantly constructed and reviewed by its members, with a view to updating strategies proximity. In this sense, the present work aims to present research notes about the formation of transnational families formed by Brazilians who live and transit in the transborder of Brazil/Venezuela and the construction of notions of *paternity* and *maternity* defined from the strategies of proximity and distance. The aim is also to analyze the mechanism by which gender identities are resignified within the family, based on the process of social interaction between different national groups, marked by an area of conflict and power negotiation.

Keywords: paternity, maternity and transborder.

Introdução

Este artigo visa apresentar notas de pesquisas a respeito da constituição da família transnacional formada por brasileiros(as) que vivem e transitam na transfronteira Brasil/Venezuela, especialmente o espaço transfronteiriço circunscrito pelas cidades de Santa Elena de Uairén, no município de Gran Sabana, estado Bolívar na Venezuela e o município de Pacaraima, no estado de Roraima, no Brasil.

As noções de paternidade e maternidade examinadas neste trabalho são relativamente restritas ao exercício de pais e mães e a sua relação do cuidado com os filhos e filhas, os quais lançam mão de diferentes estratégias de estreitamento de laços afetivos e concepções de pertencimento a família, mediadas pela mobilidade e a dinâmica social transfronteiriça.

Deste modo, o artigo está dividido em três seções. No primeiro momento, faço uma breve caracterização da transfronteira Brasil/Venezuela. No segundo momento, apresento elementos que constituem a família transnacional e as diferentes formas de exercício da paternidade e maternidade

¹ Graduada em Ciências Sociais. Especialista em História Regional. Mestranda no programa de pós-graduação interinstitucional em Antropologia (Universidade Federal de Roraima/Universidade Federal de Pernambuco).

neste cenário. Por fim, na última seção, teço reflexões sobre as reconfigurações das identidades de gênero no âmbito da família transnacional afetada pela mobilidade em diferentes contextos.

A transfronteira Brasil/Venezuela

As cidades transfronteiriças de Santa Elena de Uairén, estado Bolívar na Venezuela e Pacaraima, estado de Roraima no Brasil, estão separadas entre si por apenas 15 km de distância. Não obstante, a cidade venezuelana de Santa Elena de Uairén esteja localizada no Estado de Bolívar – um grande polo de indústrias de base, diferentemente da realidade do estado de Roraima, que vive da “economia do contracheque”, ou seja, do repasse de recursos públicos federais e estaduais, sua infraestrutura social é bastante precária em relação à Pacaraima, o que faz tanto os venezuelanos quanto os brasileiros que vivem em Santa Elena do Uairén se deslocarem até Pacaraima em busca de serviços públicos de saúde e educação².

Com a implantação do polo da Universidade Estadual de Roraima - UERR, parte dos alunos(as) são de nacionalidade venezuelana, além das escolas de ensino médio e fundamental. São aproximadamente 120 alunos venezuelanos, conforme censo escolar 2012, em fase de sistematização da Secretaria Estadual de Educação, os quais se dividem entre os documentados que possuem identidade brasileira, e outros, denominados “sem documento” porque os mesmos não possuem passaporte. O governo do estado de Roraima ainda fornece transporte escolar que se desloca durante a semana na transfronteira até o município de Santa Helena do Uairén.

Os(as) alunos(as) têm pai e mãe em geral. Mas, no registro brasileiro só consta o nome da mãe, porque na maioria dos casos, o pai é venezuelano. Quando ambos são venezuelanos, constam no censo escolar como “sem documento”. Muitos dos pais dos alunos, assim como os mesmos, possuem documentação em duplicidade, propiciando acesso a mais direitos, tais como o de votar em ambos os países e receber benefícios de programas sociais, especialmente referentes à transferência de renda, como o “Bolsa Família”, no Brasil³ e o “Beca” (Programa de Subsídio Familiar Alimentaria), na Venezuela⁴. Neste contexto, a família transnacional negocia a identidade nacional como estratégia de sobrevivência e acesso a direitos.

A própria localização geográfica de Santa Elena do Uairén, (distante 700 km de sua capital, Ciudad de Boliva, diferentemente de Pacaraima, no Brasil, separada da capital Boa Vista por apenas 215 km), corrobora também para o deslocamento de habitantes de outras localidades vizinhas situadas em regiões de garimpo, tais como Las Claritas, (km 88) e El Pauji (Icabarú), especialmente em casos de acesso a atendimentos e serviços de saúde que exigem maior infraestrutura, tais como cirurgias traumatológicas e partos. Além da proximidade ao acesso a hospitais melhor equipados, é

2 Dados fornecidos em entrevista realizada no dia 10/05/2012 com a Secretaria estadual educação do estado de Roraima, Lenir Rodrigues Luitgards Moura.

3 O Programa Bolsa Família foi criado pelo governo brasileiro para apoiar as famílias mais pobres e garantir a elas o direito à alimentação e o acesso à educação e à saúde. O programa visa a inclusão social dessa faixa da população brasileira, por meio da transferência de renda e da garantia de acesso a serviços essenciais. Em todo o Brasil, mais de 11 milhões de famílias são atendidas pelo Bolsa Família. Fonte: http://www.caixa.gov.br/voce/social/transferecia/bolsa_familia/index.asp

4 Concebida como uma contribuição direta para o fortalecimento da renda familiar, este programa beneficiou mais de 2,8 milhões famílias venezuelanas. recebimento bimestral até 28.800 bolívares para atender às necessidades da família, especialmente nas áreas de alimentos e roupas. Fonte: <http://americo.usal.es/oir/opal/Documentos/Venezuela/PartidoConvergencia/ProgramaSocialCaldera.pdf>

comum que mulheres venezuelanas optem por realizar seus partos em Boa Vista, como estratégia de garantir a dupla nacionalidade para seus filhos.

No entanto, também é comum o inverso. Ou seja, o deslocamento de brasileiros(as) para Santa Elena do Uairén à procura de tratamentos odontológicos, oftalmológicos e estéticos privados, oferecidos a baixo custo, tendo em vista a desvalorização cambial da moeda venezuelana diante da brasileira.

Por outro lado, a diferença cambial favorável à moeda brasileira aliada à situação fiscal de Santa Elena, (trata-se de uma zona de livre comércio: política econômica adotada por um grupo de países referente à eliminação de tarifas, quotas e preferências que recaem sobre a maior parte (ou todos) os bens importados-exportados) causa conflito entre brasileiros e venezuelanos, à medida que o elevado poder aquisitivo dos brasileiros frente aos venezuelanos atrai a população de Boa Vista a Santa Elena em grandes fluxos focalizados de compras. Além de adquirir produtos eletrônicos, bebidas e bens supérfluos, livres de taxas, os brasileiros acabam por consumir também os produtos de primeira necessidade básica, tais como, açúcar, leite e entre outros, desabastecendo o mercado para os próprios venezuelanos.

A economia de Santa Elena gira em torno do comércio, da exploração dos centros de garimpagem, bem como no setor turístico que vem se incrementando. A cidade conta com serviços e comércio onde se podem adquirir bens diversificados, principalmente os industrializados à abaixo custo. No entanto, não possui atividade agropecuária intensiva, que na maioria das vezes, é fornecida em Pacaraima, por meio da exploração agropecuária praticada por comunidades indígenas próximas.

O cotidiano da fronteira Brasil/Venezuela é marcado pela presença de grupos étnicos e nacionais que desenham fluxos migratórios fronteiriços menos e mais permanentes. Esses deslocamentos apontam aspectos peculiares que merecem atenção, sobretudo, no que diz respeito ao seu fluxo, em especial pela ida de brasileiros(as) para o país vizinho. A Venezuela sofre, atualmente, uma recessão econômica e, conseqüentemente uma desvalorização da moeda nacional. No entanto, ainda é um atrativo para os(as) brasileiros(as), uma vez que, o baixo custo de vida, o mercado de trabalho informal, (entre eles, a garimpagem) e as atividades de suporte/apoio configuram-se como atraente alternativa de inserção na economia local.

Os processos de deslocamentos transnacionais acabam trazendo à tona uma série de fenômenos etnicoculturais e identitários que impactam as transformações no mundo do trabalho e na vida de homens e mulheres que vivenciam esta realidade. O intercâmbio material e simbólico entre sujeitos sociais de culturas diferentes influenciam nas mudanças de valores e na (re)formulação da nova maneira de ver e perceber os 'nós/outros', inclusive, reforçando ou redefinindo noções de paternidade e maternidade.

A expansão da mobilidade transfronteiriça contribui desta forma para o estabelecimento de redes sociais, por meio das relações de comércio, trabalho, serviços públicos, lazer, parentesco, vizinhança e de religiosidade, tecendo deste modo o trânsito na fronteira. A família neste cenário torna-se um projeto que é constantemente construído e reavaliado pelos seus membros com vistas a atualizar estratégias de proximidade e distanciamento. As relações familiares no espaço transnacional são marcadas por um comprometimento mútuo, contatos sociais regulares e um fluxo constante de benefícios materiais e não materiais. Neste sentido, a família transnacional é entendida não apenas pelo fato dos membros da família residir em países diferentes e estabelecerem contatos e vínculos afetivos, mas

também, por se constituir de membros de distintas nacionalidades e que transitam física e simbolicamente entre territórios e culturas diferentes (LOBO, 2010).

Notas de pesquisas a respeito da constituição da família transnacional formada por brasileiros(as) que vivem e transitam na transfronteira Brasil/Venezuela

Nesta seção, pretendo fazer uma breve caracterização da constituição da família transnacional na fronteira Brasil/Venezuela. Longe de me deter a aspectos teóricos do termo, gostaria de situar as diferentes formas de organização da família na transfronteira, a fim de fornecer elementos que demonstrem a pluralidade de padrões constituídos em distintos contextos históricos e culturais entre homens e mulheres.

Neste sentido, me aproprio de dados empíricos coletados em diferentes etapas de pesquisa e com diferentes objetivos. No ano de 2006, por cerca de seis meses, realizei entrevistas com mulheres que viviam em bairros populares no município de Boa Vista, na perspectiva de analisar o processo de organização de grupos de mulheres de geração de renda da economia solidária e a sua influência nas transformações das relações de gênero no cotidiano de suas integrantes. Ao lançar mão da metodologia da história oral, elaborando a trajetória de vida de cinco lideranças desses grupos, foi possível perceber a influência do processo migratório na redefinição dos papéis de gênero nas vidas dessas mulheres, medida que passavam ocupar outras funções na ausência do marido. Deste modo, os dados ora descritos, ajudaram a compreender os impactos da migração transfronteiriça para mulheres que ficam no país de origem e os novos papéis assumidos nesse contexto dentro da família.

Na esperança de apontar outros elementos que impactam na constituição das famílias transnacionais na fronteira Brasil/Venezuela, também utilizo dados da pesquisa realizada no período de novembro de 2007 a outubro de 2008, junto a trabalhadoras brasileiras na fronteira Brasil/Venezuela, cujo objetivo era a análise das reconfigurações das identidades de gênero das trabalhadoras transfronteiriças, considerando o contato entre distintas culturas, promovido pelo deslocamento para o trabalho entre as cidades fronteiriças de Santa Elena do Uairén (Venezuela) e Pacaraima (Brasil).

Também serão aproveitados dados dos resultados da pesquisa *Migração e Relações de Trabalho na Fronteira Pan-Amazônica*, ligada ao Grupo de Pesquisa Interdisciplinar sobre Fronteiras – GEIFRON, da Universidade Federal de Roraima, do qual participo sob a coordenação da professora Francilene Rodrigues, realizada durante os anos de 2009 e 2011, na Venezuela, no Estado Bolívar, em especial na cidade fronteiriça de Santa Elena do Uairén e nas regiões e localidades de garimpos de Las Claritas e Km 88, próximas à fronteira com o Brasil.

Com base no diálogo entre os diferentes dados, pesquisas e contextos, pretendo iluminar as peculiaridades de elementos constitutivos da família transnacional na fronteira Brasil/Venezuela.

Família transnacional: paternidade, maternidade e estratégias de proximidade e distanciamento

No campo das ciências sociais, o termo “família” remete a vários significados. No contexto da realidade transfronteiriça não é diferente. Assim, a noção de família é vinculada não apenas a aspectos consanguíneos, a uma identidade nacional e a uma rede de apoio e colaboração, mas também

simbólicos. “*Nós brasileiros aqui (Las Claritas) não temos ajuda de ninguém, nem de governo, nem de guarda nacional, por isso um paisano⁵ ajuda o outro paisano em caso de precisão. Somos uma grande família!*”⁶. Isso demonstra as reconfigurações do conceito dominante de família, ligado ao casamento, descendência, parentesco e coabitação, o qual passa a dar centralidade a um contexto de relações diversas marcado por uma identidade coletiva e redes de solidariedade (BOURDIEU, 1993). E demonstra a importância das redes sociais acionadas pelos migrantes brasileiros no projeto migratório, fundamentadas, além do parentesco, por laços de amizades e origem comum. “Essas redes apresentam-se para esses brasileiros como um mecanismo imprescindível no seu projeto migratório, uma vez que o mercado de trabalho está cada vez mais competitivo e as relações afetivas e sociais mais individualistas” (RODRIGUES, 2012).

O mercado de trabalho é um elemento diferenciador importante nas formas de organização social da família transnacional na fronteira Brasil/Venezuela, tendo em vista que, dependendo do local e posição social no mercado de trabalho (comerciantes, garimpeiros(as), vendedores(as) motoristas, entre outros), as estratégias de reprodução social da família se distinguem.

Assim, em geral os que detêm os meios de produção, tais como proprietários(as) de estabelecimentos comerciais e maquinários de garimpagem, tendem, ou a migrar com toda família ou manter contatos mais permanentes com os membros da família no Brasil, através de deslocamentos mais contínuos na fronteira. Vale ressaltar que essas famílias são frequentemente os pioneiros e formam uma pequena casta de brasileiros que conseguiram regularizar-se (obtendo visto permanente), tiveram filhos na Venezuela e hoje estão totalmente integrados à economia e cultura local. Estes, não pensam e tampouco pretendem estabelecer moradia fixa no Brasil. Podemos comparar esse grupo com que o autor Norbert Elias denominou de *estabelecidos* (ELIAS, 2000).

Já os(as) migrantes que vendem sua mão de obra, tais como, vendedoras, garimpeiros e demais sujeitos responsáveis pelo processo de extração do ouro, tendem a minimizar suas visitas à família no Brasil e à reunificação familiar no país de destino.

A separação dos filhos é apontada pelas migrantes brasileiras como uma das principais dificuldades de viver em outro país:

(...) Tenho três filhos, tão em Manaus ainda. Mas é só eu me estabilizar direito e resolver umas coisinhas que vou trazer eles (...) porque pra mim fica ruim, toda semana tenho que ficar mandando dinheiro, eles aqui comigo não (...). Estão com minha avó. Já trouxe a mais velha que passou as férias aqui comigo. Agora não tem como eles ficarem aqui comigo, eu tô trabalhando, moro com a minha sogra, então ainda não dá! (Patrícia⁷, 30 anos)

(...) Para mim não foi difícil pelo fato de estar aqui e por ser diferente. O que foi mais difícil foi à separação dos filhos para ficar aqui, devido o tempo no trabalho, não pude ficar com eles. (Anita⁸, 31 anos)

5 Termo utilizado para referi-se a outro migrante brasileiro(a)- a mesma nacionalidade.

6 Josimar, conhecido popularmente como o prefeito dos brasileiros na região. Ele vive entre Las Claritas e km 88 há 21 anos e atualmente trabalha com transporte e distribuição de combustível nas minas por meio de uma cooperativa formalizada.

7 Patrícia (nome fictício em homenagem Patrícia Galvão), brasileira, solteiras, 02 filhos, manicure em Santa Élena do Uairén.

8 Anita nome fictício em homenagem à Anita Garibaldi, heroína que lutou na Revolução Farroupilha, a mais longa revolta contra o império no Brasil, cearense, 31 anos, vendedora, trabalhadora transfronteiriça há cinco anos.

O baixo assalariamento, com o qual não podem transferir parte do trabalho reprodutivo contratando uma trabalhadora doméstica, atrelado às condições estruturais da cidade, tais como ausência de equipamentos sociais (creches e escolas em tempo integral), aliados ao distanciamento familiar que impede a solidariedade de outras mulheres da família, contribui para impedir o contato com os filhos.

A circulação de crianças é utilizada frequentemente como estratégia de manutenção familiar pelas migrantes brasileiras na transfronteira. Em vista de não poderem arcar com os cuidados com filhos, as mães tendem a transferir a guarda provisória dos filhos para outros membros da família, geralmente avós e tias. “Este ato, no entanto, poderia não ser definitivo, ou seja, o tempo de doação fica condicionado a melhora financeira da família. Assim sendo, a crianças transitavam pelos dois lares, o que, na verdade, também era uma forma de circulação dos laços afetivos”(SILVA et al, 2007).

As visitas frequentes às famílias ocorrem quando as mesmas estão mais próximas do lugar de trabalho - nos municípios de Pacaraima e Boas Vista (caso das regiões venezuelanas de Las Claritas, Km 88, El Pauji, Santa Elena do Uairén). No caso das famílias que residem em outro estado, a média de contato com a família varia de um a mais de dez anos. Em alguns casos, o contato com a família é perdido por completo.

A fecundidade é um aspecto importante a ser considerado, uma vez que dos(as) oitenta trabalhadores(as) brasileiros(as) entrevistados(as) nas localidades de Las Claritas, Km 88, El Pauji, Santa Elena do Uairén, 82,5%⁹ têm filhos e destes, 17% são nascidos na Venezuela. Os arranjos matrimônios também merecem especial atenção, levando em consideração que 37% dos entrevistados(as) informaram estarem casados(as) ou mantendo união estável com pessoas de outra nacionalidade.

A conjugalidade entre migrantes brasileiros(as) e pessoas de outra nacionalidade também se diferencia entre homens e mulheres, sobretudo em relação aos cuidados e permanência de laços afetivos com filhos(as) no Brasil.

As migrantes brasileiras, mesmo quando têm outros companheiros no país de acolhimento, mantêm relações constantes com a família e acompanham o crescimento e a educação dos filhos. Já para os homens, com o tempo, os vínculos afetivos e o contato com a família, tornam-se cada vez mais escassos e esporádicos ou mesmo culminam com o rompimento total. Através do silenciamento de notícias, os homens tendem a ‘esquecer’ ou ‘ignorar’ a família, principalmente quando constituem nova estrutura familiar no lugar de destino.

Favorecida especialmente pelo baixo custo das ligações telefônicas internacionais na Venezuela e do fácil acesso à internet, a comunicação intrafamiliar é acionada quase que diariamente pelas migrantes brasileiras na transfronteira, como estratégia para se manter presente dentro da família, mesmo à distância.

Por meio do acesso a estas tecnologias, as mães monitoram os cuidados com filhos, verificando desde o rendimento escolar à gestão e aplicação das remessas enviadas por elas à família para sua

⁹ Dados extraídos do relatório do projeto de pesquisa Migração e Relações de Trabalho na Fronteira Pan- Amazônica foi aprovado pelo CNPq/Edital CHS 2009-2011. O trabalho de campo foi realizado no período de 09 a 16 de abril de 2011 em que foram aplicados 80 questionários com perguntas fechadas e semi-abertas, 53 homens e 27 mulheres; 07 entrevistas com questões abertas e semi-estruturadas. O projeto em questão é um desdobramento do projeto de pesquisa cadastrado na Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal de Roraima intitulado Deslocamentos Populacionais na Tríplice Fronteira Brasil-Venezuela-Guiana. Os pesquisadores e alunos envolvidos nesses projetos, também fazem parte do Grupo de Pesquisa Fronteiras: Processos Sociais e Simbólicos, cadastrado no Diretório de Pesquisa do CNPq, sob a coordenação Profa. Dra. Francilene dos Santos Rodrigues, cuja autora compôs a equipe de pesquisa.

reprodução social. Já entre os homens, o uso da tecnologia é utilizado de forma mais esporádica, geralmente apenas para informar o envio de dinheiro para família. No caso dos migrantes garimpeiros brasileiros, os intervalos de comunicação com a família se rarefazem ainda mais quando não conseguem “bamburrar”¹⁰ e arrecadam apenas o suficiente para sua subsistência no garimpo. Estes, comumente acabam perdendo por completo o contato com a família.

Há que ressaltar que, ao responderem sobre os contatos com familiares, os(as) entrevistados(as) relacionavam o entendimento de família à família ampliada - que envolve não somente os filhos(as), esposas/maridos, mas também pais, mães, irmãos e outros.

A vinculação à família também se diferencia entre homens e mulheres. Para as mulheres, este laço se constitui por contatos mais concretos e permanentes com os membros da família, facilitados pelo deslocamento por via terrestre e pelos contatos através dos meios de comunicação. Já entre homens, o marco temporal de contato e notícias da família não tem tanta centralidade na relação, ou mesmo certo vínculo. Muitas vezes é imaginário. Especialmente entre os garimpeiros, funciona como um conforto, de um dia, se necessário, “voltar para casa”. Esta situação de “voltar para casa” muitas vezes é ambígua, uma vez que alguns, perderam por completo o vínculo com a família de origem, a exemplo do senhor Bener, migrante brasileiro natural do Maranhão, que com 68 anos de idade, há 20 não tem contato com seus parentes, mas alimenta o sonho de um dia voltar à terra natal e reencontrá-los.

Arranjos matrimoniais e domésticos também assumem novas configurações neste espaço transnacional, com a incidência de relações simultâneas entre os migrantes brasileiros com mulheres venezuelanas e brasileiras. Durante a última pesquisa realizada na transfronteira, no período 09 a 16 de abril de 2011, vários trabalhadores relataram possuírem famílias tanto nos locais de origem quanto nos locais de destino, sendo que na maioria das vezes, um dos lares tende a ser abandonado em detrimento do outro.

Vale ressaltar ainda que, neste contexto, as uniões simultâneas se constituem de distintas formas e é praticada pelos migrantes como estratégia de sobrevivência. Caracteriza de duas maneiras: institucionalmente e informalmente. Institucional se dá com a formalização do vínculo matrimonial do migrante nos dois países, inclusive com a obtenção de documentos expedidos por órgãos oficiais. Esta situação por sua vez, proporciona a regularização da permanência no país. Informalmente se dá através da constituição de uniões estáveis, que propiciam maior liberdade de circulação e possibilidades de trabalho, tendo em vista que segundo os interlocutores, o envolvimento conjugal com uma venezuelana ameniza a fiscalização na transfronteira e facilita o suborno à Guarda Nacional em caso de situação irregular no país.

A referência de lar também chama atenção no espaço transfronteiriço, uma vez que não é mediada pelo espaço físico de coabitação, mas pelo significado simbólico de pertencimento a um local e a um grupo familiar. Comumente quando indagados(as) sobre o local que consideravam como sendo seu lar, mencionavam o Brasil como referência, mesmo quando já não viviam lá há mais de vinte anos ou em casos em que passam grande parte do tempo de suas vidas no local de trabalho, na Venezuela, do que com a família no Brasil.

10 Expressão utilizada pelos garimpeiros quando encontram significativa quantidade de ouro ou diamante no garimpo.

Reconfigurações das identidades de gênero no âmbito da família transnacional: história de quem vai e de quem fica

As experiências distintas entre homens e mulheres no processo migratório estão diretamente ligadas à identidade de gênero, uma vez que ela é construída ao longo da vida de cada pessoa. As identidades de gênero são criadas com base em valores e normas que a sociedade/comunidade emergente apresenta para homens e mulheres e que também são reflexos de padrões e normas sociais estabelecidos na organização social do grupo a que se pertence e à própria agência dos indivíduos.

Assim, a mobilidade impacta nas redefinições dos papéis sociais de homens e mulheres dentro da família. Tanto os que ficam no país de origem, quanto os que se deslocam para o país de destino, “assumem funções e papéis diferenciados, mas, ao mesmo tempo complementares, no sentido de que são as ações e as funções assumidas por ambos, que garantem, em última instância, a reprodução do grupo familiar” assim como modificam as relações de poder frente à família (SILVA; MENEZES, 2010).

Objetivando facilitar a exposição, esta análise será feita por meio do diálogo entre as distintas percepções, tanto das mulheres que ficam no local de origem no processo migratório, quanto daquelas que se deslocam para o local de destino, seja para acompanhar a família, seja por uma escolha individual.

As experiências de uma mulher migrante e de homem migrante são muito distintas, sobretudo, devido às diferentes vivências acumuladas, sejam no que diz respeito ao que apreenderam no país de origem, sejam no que é esperado deles e delas no país acolhedor (BATH, 1995).

O espaço social é definido e redefinido pelos sujeitos que ficam e que vão, as exigências e expectativas sociais são modificadas em relação ao que se espera no país de origem e o que se espera no país de destino. Deste modo, “o ser mulher brasileira na Venezuela” é diferente do “ser mulher brasileira no Brasil” (SILVA; et al 2010).

Conseqüentemente, o espaço compartilhado tanto no trabalho como no cotidiano da fronteira conforma-se nas interseções do espaço público e privado, das quais segundo Arendt (1981) origina o espaço social. Este espaço merece especial atenção, sobretudo no que diz respeito à constituição de elementos simbólicos que definem a posição dos grupos e suas relações. E mais ainda, tendem a reproduzir a ordem social. A palavra ordem está atrelada ao desejo da estabilidade, ou seja, da manutenção do mesmo esquema social.

Neste sentido, ao descrever sua experiência na fronteira, Joana¹¹ narra as fronteiras simbólicas que delimitam o “lugar de homem e o lugar de mulher”, além da variedade de opções do primeiro segmento em detrimento do segundo.

Aqui têm mais lugares para homens do que para mulheres. Nas boates, geralmente, têm mais mulher, já nas licoleries¹², bar com sinuca, cerveja e jogo de baralho; casa de cavalo com corrida de cavalo; granjeira que é briga de galo, todos são lugares de homens, as mulheres não costumam ir, mas mesmo assim eu vou.

11 Joana nome fictício em homenagem a Joana D’arc, revolucionária francesa que em plena idade média pregou ideias libertários em um mundo regido por homens, queimada na fogueira aos 19 anos- 24 anos, roraimense, manicure (dona de salão), trabalhadora transfronteiriça há três anos;

12 Termo utilizado para referi-se a distribuidora de bebidas

Deste modo, o compartilhamento do espaço público entre homens e mulheres torna-se ilusório. O que se tem na verdade, é a sua fragmentação, definida pelo que Bourdieu (2002) chama de *capital social* e *capital simbólico*. O capital social é entendido como resultado das relações que dispõe um indivíduo ao grupo, o qual implica na manutenção das relações com o mesmo. O capital simbólico trata dos rituais ligados à honra e ao reconhecimento. Ou seja, status, fama, reputação, prestígio.

Portanto, a fronteira simbólica criada entre homens e mulheres que divide o espaço transfronteiriço está ligada tanto ao capital social, no que diz respeito à manutenção da sociabilidade entre os integrantes dos grupos (*mulheres da noite, mulheres honestas,*) cada um do seu lado, quanto o capital simbólico, que implica no reconhecimento de quem faz parte ou não do grupo e com isso, estabelece a relação destes com os espaços reconhecidos (lugar de homem/lugar de mulher). Além de legitimar ações e interesses, estabelecem certas vantagens e conseqüentemente, desvantagens, como pode ser exemplificado nos espaços de lazer, onde os homens acabam por ter mais opção e liberdade de escolha frente às mulheres.

E o que isso tem a ver com a identidade de gênero? Ora, à medida que *Joana*, assim como outras mulheres, apreende os limites desse espaço com base em comportamentos que devem ser valorizados e adequados de acordo com as diferenças sexuais, tende a “representar determinadas identidades e excluir ou demonizar outras, o discurso procura, de maneira intencional, constituir e fixar os sujeitos sociais em específicas identidades de gênero e de sexualidade” (LOURO, 2002, p.46).

Deste modo, *Joana* reproduz o discurso que permeia a sociedade de acolhimento, cujo sentido reforça e atrela a identidade da mulher brasileira a sensualidade e ao mundo profano. “*Já para as venezuelanas, nenhuma brasileira presta, são todas putas. Pelas roupas e a forma de se divertir e também porque vinha muita brasileira pela questão da prostituição*”.

Ao descrever a maneira como as brasileiras são vistas pela sociedade venezuelana, *Joana* revela um elemento importante na constituição da identidade: “a tensão entre o individual e coletivo”. Ou seja, a identidade do grupo, neste caso, de mulher brasileira, obscurece a identidade individual de *Joana*, a qual passa a ser identificada pelo que o grupo é representado.

Assim, *Joana* não apenas identifica o preconceito, mas também, descrever as formas que lida com os espaços públicos e privados construídos simbolicamente. A identidade de *Joana*, assim como de outras brasileiras que migram sozinhas para fronteira é definida na transfronteira pelo perfil desviante do grupo, muitas vezes carregado de estigmas, estereótipos e acusações que passam a ser internalizados ou não por esses mesmos indivíduos. *Joana*, ela própria, torna-se deste modo vítima e algoz deste julgamento internalizado, uma vez que, também, vez ou outra acusa mulheres brasileiras de possuírem uma vida fácil, associada a uma conduta a qual julga errada, reprovável, vista como imoral, ilegal, denominando-as de *mulheres de vida fácil*.

Mas, o mesmo espaço social que delimita, também autoriza a interação através do diálogo e de práticas culturais distintas. A transfronteira de maneira especial está imersa na pluralidade, cujo resultado consistente na interação entre pessoas que possuem cada qual sua identidade e à medida que se relacionam, expandem olhar sobre si e sobre o “outro”, resignificando, desconstruindo e reconstruindo identidades.

Os vínculos afetivos e as relações sociais estabelecidas por *Joana* na fronteira são exemplos claros dessa interação:

A minha 'pareja' (companheiro) mesmo vive dizendo para eu não fazer essas coisas, pois não é bom pra minha imagem e mais tarde pode me afetar. Eu não vou deixar de viver de fazer as coisas que eu gosto para viver o mundo dele. E de um tempo para cá, algumas mulheres venezuelanas tão vendo as brasileiras indo e já estão quebrando ... estão começando a sair.

O *quebrar* na fala de *Joana* conota sua *agência* de romper, de modificar, ou seja, destituir a ordem social estabelecida. O exercício de interação com a diferença permite tanto atribuir ressignificações sobre si e sobre o "outro", como também autoriza uma nova distribuição de poder, a qual é legitimada por meio de uma prática cotidiana.

Por outro lado, a expectativa do que a sociedade de acolhimento espera da mulher migrante merece ser considerada, à medida que estabelece novos padrões e papéis que necessitam ser aprovados e reconhecidos. O se sentir *nativa* e reconhecida como tal, ganha fundamental importância para a migrante, pois possibilita a fuga de classificações estereotipadas, a medida que ressignifica os espaços simbólicos e utiliza novas estratégias que positivam sua identidade, tal como, casa-se com venezuelano, negando a condição de prostituta.

Vejam o exemplo de *Margarida*¹³, comerciante que conheceu o marido venezuelano em Santa Elena do Uairén, com quem vive em um relacionamento estável há dez anos, têm dois filhos, uma menina e um menino ambos com dupla nacionalidade. Margarida relata que só conseguiu manter um "relacionamento sério" porque age como uma mulher venezuelana, não frequenta lugares mal vistos para mulheres, não anda mal vestida "como a maioria das brasileiras" e age dentro dos padrões que se esperam de "uma mulher honesta". Ela reconhece que as mulheres brasileiras têm uma forma de se vestir mais "à vontade" e admite já ter se vestido dessa forma no Brasil (com roupas mais decotadas, curtas e justas), mas adverte: "*na fronteira a gente tem que ter cuidado para não ser confundida com as mulheres da noite. Pra mim é a mesma coisa, nunca fui de sair muito, andar em festa, eu vejo igual*".

Hoje *Margarida* tem seu próprio negócio. Segundo ela, apenas assim pode viver uma situação de relativa independência. Relativa porque, apesar de ter orgulho de ter construído um patrimônio junto com o marido, reconhece que ainda conserva papéis tradicionais que limitam sua autonomia, tais como, responsabilidade exclusiva dos cuidados com os(as) filhos(as) e da casa, proibição de frequentar determinados lugares, entre outros. "*Quando eu conheci o marido, ele também não tinha nada, começamos do zero, hoje temos isso aqui (loja), duas casas e um carro*".

É importante ressaltar o reconhecimento de que o atual patrimônio do casal foi construído pelos dois, marido e mulher, o que revela certa distribuição de poder e reconhecimento do papel ativo da mulher nos negócios da família. O interessante é que, ao mesmo tempo em que há o protagonismo feminino com o reconhecimento do sucesso financeiro da família, também há a reprodução de papéis considerados de responsabilidade exclusivamente feminina, como o cuidar da casa e dos filhos, ou seja, a empresária de negócios e "dona de casa" coabitam na mesma mulher. A divisão sexual do trabalho entre *Margarida* e seu companheiro é nítida.

13 maranhense, 40 anos, lojista, trabalhadora transfronteiriça há 18 anos - nome fictício em homenagem a Margarida Alves- Presidente do Sindicato de Alagoa Grande (PB), a primeira mulher a ocupar um cargo destes no estado, foi uma das fundadoras do Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural. Em sua gestão de 12 anos, foram movidas mais de 600 ações trabalhistas contra os usineiros e senhores de engenho da região. Com o surgimento do Plano Nacional de Reforma Agrária, os latifundiários intensificaram a violência no campo. No dia 12 de agosto de 1983 pistoleiros mataram Margarida a tiro, na frente de sua casa, diante do marido e dos dois filhos.

A relação transnacional nesse caso reforçou a política sexista pré-existente, mas por outro, também possibilitou a *Margarida* renegociar e tirar vantagem da posição conquistada (comerciante/esposa de venezuelano) no espaço transnacional, melhorando seu *status* tanto no espaço privado das relações familiares, como no espaço público do trabalho, sendo respeitada e reconhecida.

Por outro lado, as mulheres que ficam no país de origem com os demais membros da família não estão renegadas do processo migratório, uma vez que com a ausência da figura masculina, acabam assumindo novas posições dentro da família. Isto não significa ocupar o lugar de homem/pai no seio familiar, que é constantemente representado e controlado simbólica e socialmente, mas trata-se, em função da necessidade econômica, da apropriação de funções e papéis antes vistos como de responsabilidade eminentemente masculina.

No caso destas mulheres, a decisão pela busca de novas alternativas de sobrevivência em um lugar desconhecido, não é decisão tomada em conjunto pelo casal, mas, na maioria das vezes pelo homem. A mulher, em geral, permanece no lugar de origem arcando com a diversidade de tarefas e com sustento da família até o marido se estabelecer no local de destino ou retornar ao local de origem. Neste período, a divisão sexual do trabalho se dilui na necessidade do sustento familiar. O relato de Maria Leide¹⁴ ilustra este contexto:

Logo que surgiu a história que Roraima era muito fácil pra se ganhar dinheiro, um tio que foi para o garimpo veio para o Maranhão e chegou contando que aqui (Roraima) era próximo do garimpo na Venezuela, era muito falada, e facilidade era grande demais e ele (marido) ficou todo interessado e queria porque queria vim, só que, nessas alturas, ele queria vim sozinho e foi uma luta convencer ele pra mim vim. Na época, eu só tinha cinco meses de casada e nós viemos, eu, ele e o meu tio. Quando ele arrumou esse emprego (garimpo) e viajou eu já tava grávida de 9 meses do meu segundo filho, o Edson, e tinha que dormir na casa da vizinha pra não ficar sozinha, não podia sair e foi muito difícil, não gosto nem de lembrar, sem ninguém! -Depois, não demorou muito tempo e eu tive meus filhos um próximo do outro. -Só fui trabalhar depois que eu tinha os meus três filhos, quis arranjar alguma coisa pra fazer, porque o quê ele deixava não era suficiente pra sustentar a família, que não era tão pequena, e aí eu comecei a trabalhar, aprendi a fazer salgado e vendia na porta da escola. Consegui colocar os três (filhos) na creche pra poder sair. Ele tava com aquela ilusão de enricar no garimpo, assim voltava pro garimpo e eu ficava novamente sozinha e eu continuava na luta, porque muitas vezes só deixava água na torneira, mas eu nunca tive medo de enfrentar a vida. Inclusive quando passava meses pra lá e quando chegava eu não tava devendo nenhum comércio e esse dinheiro ele recebia livre em grama de ouro. Aí comecei dizer pra ele investir esse dinheiro numa coisa que deixasse ele próximo da família e, nessa época a gente montou uma venda, mas não adiantou com pouco tempo ele voltou para o garimpo e eu fiquei tomando de conta sozinha, tendo que negociar mercadorias e produtos, e ainda cuidar dos filhos sozinha. Vivia só para trabalho e os filhos, não podia sair sozinha para igreja se não a família dele metia a língua.

A mulher passa assim, a exercer funções anteriormente realizadas pelo esposo, pai, homem e chefe de família. No entanto, a estrutura de poder do homem dentro da família permanece. O que modifica são os mecanismos de controle sob a mulher que passam a ser reelaborados. No caso de Maria Leide, a inserção no mundo do trabalho possibilitou a transição para o espaço público, mas sua participação passou a ser mediada pelo controle da família do marido sobre os lugares que ela poderia frequentar. Isso nos revela que a “espera” compreendida como uma instituição social, ou seja, algo instituído pela sociedade e que segue determinadas regras. Desta forma, as mulheres que se submetem às normas da “espera” passam a ter seu comportamento vigiado (SILVA & MENEZES, 2010, p.307).

¹⁴ Maria Leide de Souza, 42 anos, maranhense, mãe de cinco filhos, separada, moradora do bairro Caraná no município de Boa Vista, membro do grupo de mulheres de geração de renda São João Batista, entrevista concedida em junho de 2007.

O projeto migratório familiar torna-se particularmente oneroso para as mulheres, pois são afetadas duplamente: pelo acúmulo de funções e pela solidão imposta pelos mecanismos de controle estabelecidos na “espera” que as relegam ao espaço da casa e delimitam os espaços sociais.

Quando permanecem no lugar de origem, as mulheres também passam a ter papel fundamental na manutenção da reprodução social da família, por meio do fortalecimento com redes de relações comunitárias (vizinhos, parentes, amigos) que compartilham os cuidados com filhos e as liberam para atividades econômicas produtivas, contribuindo desta maneira não apenas para subsistência da família, como também para ampliação do seu patrimônio.

A migração emerge assim como alternativa de solução para a subsistência familiar. Cruzar fronteiras e transitar entre culturas distintas força estes sujeitos a manejar e negociar situações de conflito de forma criativa e melhorar seu *status* no interior das relações familiares. O deslocamento entre um país e outro, representa não somente uma possibilidade de sobrevivência, mas também uma escolha que pode ser fruto de um projeto individual que, nem sempre é um sucesso.

Considerações finais

A *fronteira* constitui-se simultaneamente num espaço plural e singular. Singular por ter sua própria lógica, distinguindo-se geopolítica e culturalmente dos demais espaços sociais do Estado-Nação de que fazem parte. Plural, por convergir em seu bojo culturas e identidades das mais diversas possíveis às quais se afirmam ou se fundem ao mesmo tempo.

A dinâmica fronteira é marcada pela mobilidade, por meio de deslocamentos contínuos dos sujeitos sociais que transitam nesse espaço. O espaço social compartilhado na transfronteira permite aos seus atores sociais uma vida de interação com as diferenças, as quais sofrem mudanças à medida que as definições de espaço público e espaço privado modificam o conteúdo simbólico que a sociedade de acolhimento lhes atribui. A cultura é ressignificada, uma vez que se constitui como uma teia de significados elaborados e interpretados pelos sujeitos no processo de interação social (GEERTZ, 1989).

A família transnacional assume uma multiplicidade de sentidos e significados, os quais refletem na caracterização da sua organização social e na escolha e elaboração de mecanismo e estratégias de sobrevivência familiar. A nacionalidade em conjunção constituída e vivenciada no dia-a-dia do lugar propicia um “campo de possibilidades”, no qual os membros da família podem jogar e articular diversas identidades.

O exercício de pais e mães e a sua relação do cuidado com os filhos e filhas são exercidos e concebidos de diferentes formas, entre homens e mulheres, mediadas pela mobilidade e a dinâmica social transfronteira que ressignifica laços afetivos e o pertencimento a família.

Assim, os deslocamentos mais e menos contínuos na transfronteira Brasil/ Venezuela permitem, tanto a reconfiguração dos papéis de gênero no seio da família modificando relações de poder, quanto à reelaboração de mecanismo de controle que reforçam a desigualdade entre homens e mulheres que não está restrito apenas para as mulheres que se deslocam, mas também para aquelas mulheres que permanecem no país de origem.

Referências Bibliográficas

- ARENDDT, Hannah. **A condição humana**. São Paulo, Forense/Edu, 1981.
- BARTH, Fredrik. Etnicidade e o Conceito de Cultura. *Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia e Ciência Política*. — n. 1 (2. sem. 95). — Niterói: EdUFF, 1995. (Tradução de Paulo Gabriel Hilu da Rocha Pinto)
- BOURDIEU, Pierre. **A propôs la famille comme catégorie réalisée**. Actes de la Recherche en Science Sociales, n.100, Paris, 1993.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 5º ed. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2002.
- ELIAS, Norbert. **Os estabelecidos e os outsiders**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- LOURO, Guacira Lopes. Nas redes do conceito de gênero. In: LOPES, Marta Julio (Org). **Gênero e Saúde**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.
- LOBO, Andréa de Souza. **Famílias espalhadas: circulação e movimento na configuração de maternidades e paternidades em Cabo Verde**. Florianópolis: Fazendo Gênero 9 Diásporas, Diversidades, Deslocamentos, 2010.
- SILVA, Marcelo Saturnino da; MENEZES, Marilda Aparecida de. Homens que migram, mulheres que ficam: o cotidiano das esposas, mães e namoradas dos migrantes sazonais do município de Tavares, PB. In: SCOTT, Parry, CORDEIRO Rosineide e MENEZES, Marilda (Orgs). **Gênero e geração em contextos rurais**. Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres, 2010.
- SILVA, Maria Aparecida de Moraes; MELO, Beatriz Medeiros, APPOLINÁRIO, Andréia Peres. Vidas em trânsito, mulheres dos cocais maranhenses nas periferias das cidades canavieiras paulistas. In: SCOTT, Parry, CORDEIRO Rosineide e MENEZES, Marilda (Orgs). **Gênero e geração em contextos rurais**. Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres, 2010.
- SILVA, Maria Aparecida de Moraes; MELO, Beatriz Medeiros, APPOLINÁRIO, Andréia Peres. A família tal como ela é nos desenhos das crianças. **Ruris** v.1, n.1. mar/2007, p 105-156.
- SCOOT, Joan Wallach. **O enigma da desigualdade**. Florianópolis: Revista Estudos Feministas, 2005.
- RODRIGUES, Francilene dos Santos. **Relatório do projeto de pesquisa Migração e Relações de Trabalho na Fronteira Pan- Amazônica**. CNPq/Edital CHS 2009-2011.
- VELHO, Gilberto. **Projeto e Metamorfose: Antropologia das Sociedades Complexas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2 ed. 1999.